



CONTRIBUIÇÕES AOS ESTUDOS DA BRANQUIDADE NO BRANQUITUDE BRASIL: E ENSINO SUPERIOR

Priscila Elisabete da Silva¹

Resumo: Esta reflexão tem por objetivo discutir as contribuições dos estudos sobre identidade branca ao entendimento das relações raciais no Brasil e seus impactos às subjetividades de todos nós brasileiros. Procuramos refletir sobre a abrangência da branquidade/branquitude nos espaços sociais, particularmente no ensino superior em nosso país. Partimos da indagação: “A baixa representação percentual de docentes negros em instituições públicas de ensino superior no Brasil pode ser pensada pela perspectiva da branquidade/branquitude?” para examinamos o contexto de surgimento de duas instituições de ensino superior criadas no século XX, a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: Universidade; branquidade; branquitude; Raça.

CONTRIBUTIONS TO THE WHITENESS STUDIES IN BRAZIL: WHITENESSE AND THE HIGHER EDUCATION

Abstract: This reflection aims to discuss the contributions of white identity studies to the understanding of race relations in Brazil and its impacts to the subjectivities of all Brazilians. We seek to reflect about the reach of whiteness in social spaces, particularly in higher education in our country. We start from the question: “The low percentage of black professors’ representation in public institutions of higher education in Brazil can be considered from the perspective of whiteness?” to examined the context of the emergence of two higher education institutions established in the twentieth century, the Free School of Sociology and Political Science and the University of São Paulo.

Keywords: university, whiteness, race.

CONTRIBUTIONS AUX ÉTUDES DE LA BLANCHITUDE AU BRÉSIL: BLANCHITUDE ET ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR

Résumé: Cette réflexion vise à examiner les contributions des études sur l’identité blanche a compréhension des relations raciales au Brésil et ses impacts sur les subjectivités de tout nous

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - 2008). Possui graduação em Ciências Sociais: Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Araraquara. Pesquisadora-colaboradora nos Instituto Brasileiro da Diversidade (IBD) e Instituto de Pesquisa da Afrodescendência (IPADBRASIL). Foi professora efetiva de sociologia na rede pública do Estado de São Paulo, lecionou, também na rede particular de ensino. Voluntária da Ong Women for a Change International Foundation e Delegada brasileira da Man Up Campaign Organization: Youth Call an End violence against women. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES RACIAIS, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, universidade, educação superior e mobilidade social de negros.



brésiliens. Nous cherchions réfléchir sur la embrasse de la branchitude/branchité dans les espaces sociaux, en particulier dans l'enseignement supérieur dans notre pays. Nous partons de la question: "La basse représentation pourcentage de professeurs noirs dans les établissements publics d'enseignement supérieur au Brésil peut être considéré du point de vue de la blanchitude/blanchité?" pour examinions le contexte de l'émergence de deux établissements d'enseignement supérieur établis au XXe siècle, Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo.

Mots-clés: Université; Blanchitude; Blanchité; Race.

CONTRIBUCIONES A LOS ESTUDIOS DE LA BLANQUITUD EN BRASIL: BLANQUITUD Y ENSEÑANZA SUPERIOR

Resumen: Esta reflexión tiene por objetivo discutir las contribuciones de los estudios sobre identidad blanca al entendimiento de las relaciones raciales en Brasil y sus impactos a las subjetividades de todos brasileños. Procuramos reflejar sobre la abrangencia de la Blanquedad/blanquitud en los espacios sociales, particularmente en la enseñanza superior en el país. Partimos de la indagación: "La baja representación porcentual de docentes negros en instituciones públicas de enseñanza superior en Brasil puede ser pensada por la perspectiva Blanquedad/Blanquitud?" para examinamos el contexto de surgimiento de dos instituciones de la enseñanza superior creadas en el siglo XX, la Escuela Libre de Sociología y Política y la Universidad de São Paulo.

Palabra-clave: Universidad; Blanquidad; Blanquitud; Raza.

INTRODUÇÃO

No ano de 2011, algumas das minhas tardes foram dedicadas a refletir as nuances das relações raciais no Brasil. Quero agradecer ao grupo de colegas que com imensa disposição compartilharam daqueles momentos de aprendizado profundo permeados por grandes emoções.²

Este texto é mais uma reflexão sobre as relações raciais em nosso país e seus impactos à construção de nosso cotidiano social e, mais do que isso, de nossa subjetividade. O objetivo aqui presente é problematizar a abrangência da branquitude nos espaços sociais, particularmente no ensino superior. A pergunta que gerou a reflexão que segue foi a seguinte: a baixa representação percentual de docentes negros em instituições públicas de ensino superior no Brasil pode ser pensada pela perspectiva da branquitude?

² Refiro-me aos colegas de Pós-Graduação que fizeram a disciplina: "A psicanálise e a questão racial, na escola brasileira", ministrada pela professora Maria Cecília Cortez Christiano de Souza, a quem agradeço especialmente pela oportunidade do debate.



Ao verificarmos a história de duas instituições de ensino superior criadas no século XX, a Escola Livre de Sociologia e Política e a Universidade de São Paulo é possível percebermos alguns vestígios do debate das teorias raciais vigentes no Brasil desde a virada do século XIX até meados do século XX. Ao trazer estes dois casos procuro exemplificar a necessidade de (re)lermos nossa história com olhar atento ao dinamismo que implica relações raciais para, assim, entendemos melhor nossa sociedade.

UMA GUINADA NECESSÁRIA: REFLETINDO AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL SOB O ENFOQUE DOS ESTUDOS DE BRANQUIDADE

Parece óbvio dizer que uma relação pressupõe mais do que um termo, mas quando se trata das relações raciais no Brasil deixa de ser óbvio. Os estudos de relações raciais neste país tem sistematicamente analisado a relação sob o enfoque do “problema do negro” (BENTO, 2009). E neste sentido, o Brasil assemelha-se a outros países que também trazem em seu passado as marcas do colonialismo europeu.

Há algumas décadas a academia norte-americana e inglesa perceberam o que militantes e literários³ já haviam pontuado: é preciso entender a identidade do branco, e não só a do negro. Na década de 1990 surgem estudos interdisciplinares sobre o tema.

Os estudos sobre branquidade (*whiteness studies*) desenvolveram-se paralelos aos estudos de relações raciais e das relações étnicas. Dentre as diferentes vertentes, alinho-me ao estudo crítico da branquidade (*critical whiteness studies*) que partem do entendimento de que “a construção histórica, social e no imaginário das identidades ditas brancas tem grande relevância para a compreensão da sociedade e dos padrões de relações raciais dominantes” (RIBEIRO, 2004).⁴ Os esforços de crítica justificam-se pela dificuldade de abrangência do conceito, como explica Vron Ware, (2004, p. 9):

Um dos motivos dessa imprecisão está nas abordagens metodológicas e ideológicas divergentes que têm sido adotadas no estudo da raça e dos racismos, na formação dos sujeitos raciais. A recente guinada para um *critical whiteness studies* (estudo crítico da branquidade) nos Estados Unidos e no Reino Unido, por exemplo, abarca a tentativa de descobrir vínculos entre os diferentes tipos

³ W.E.B. Du Bois, Franz Fanon, Steve Biko, são exemplos.

⁴ Fernando Rosa Ribeiro, professor do Departamento de História da Universidade de Campinas em apresentação do Livro: Branquidade: Identidade branca e multiculturalismos. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.



de racismo: a hipocrisia e a perversidade da Ku Klux Klan, a prática, pela polícia, de visar pessoas de outras raças que não a branca durante ações policiais com a sanção do governo, o fornecimento de livros didáticos ultrapassados aos professores primários dos bairros suburbanos segregados, e a ignorância, o solipsismo e a postura defensiva dos que imaginam que, de algum modo, ser classificados como brancos é a norma, e todas as outras pessoas é que são racializadas.

Não obstante, há consenso sobre a branquidade ser um “constructo ideológico” que confere “o poder de definir o eu e o outro” (STEYN, 2004, p. 124). Ainda pode ser entendida como:

Primeiro um *locus* de vantagem estrutural, de privilégio racial. Segundo, é um ‘ponto de vista’, um lugar de onde os brancos olhamos para nós mesmos, para os outros e para a sociedade. Terceiro, a ‘branquidade’ refere-se a um conjunto de práticas culturais, que geralmente não são marcadas nem denominadas. (FRANKENBERG, p. 1 *apud* WRAY, 2004).

Uma das grandes pesquisadoras da branquidade nos Estados Unidos da América, Frankenberg (2004, p. 312/313) apresenta oito elementos estruturais ao conceito de branquidade:

1. A branquidade é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial.
2. A branquidade é um ‘ponto de vista’, um lugar a partir do qual nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e globais.
3. A branquidade é um *locus* de elaboração de uma gama de práticas e identidades culturais, muitas vezes não marcadas e não denominadas como nacionais ou ‘normativas’, em vez de especificativamente raciais.
4. A branquidade é comumente denominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe.
5. Muitas vezes, a inclusão na categoria ‘branco’ é uma questão controvertida e, em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquidade são marcadores de fronteiras da própria categoria.
6. Como lugar de privilégio, a branquidade não é absoluta, mas atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio ou subordinação relativos; estes não apagam nem tornam irrelevante o privilégio racial, mas modulam ou modificam.
7. A branquidade é produto da história e é uma categoria relacional. Como outras localizações raciais, não tem significado intrínseco, mas apenas significados socialmente construídos. Nessas condições, os significados da branquidade têm camadas complexas e variam localmente e entre locais; além disso, seus significados podem parecer simultaneamente maleáveis e inflexíveis.



8. O caráter relacional e socialmente construído da branquidade não significa, convém enfatizar, que esse e outros lugares raciais sejam irreais em seus efeitos materiais e discursivos.

Estudiosos afirmam que uma das principais dificuldades de análise deste conceito é a sua não marcação, “invisibilidade” tendo em vista que: “se afigura [como] o estado normal e universal do ser, o padrão pelo qual todo o resto é medido e em cotejo com o qual todos os desvios são avaliados.” (WARE, 2004, p. 17).

Para “visibilizá-la” é preciso estar atento a estruturas de poder hierarquizadas pela raça, ainda que,

[...] dos desafios do exame crítico da branquidade está em nos atermos à irrealidade da raça, ao mesmo tempo que aderimos tenazmente ao reconhecimento de seus efeitos sumamente reais. O exame crítico da raça, do racismo e da branquidade requer um tipo de vigilância particular, bem como largueza de horizontes e a rejeição do raciocínio do tipo ‘ou isso, ou aquilo’ (FRANKENBERG, 2004, p. 308).

Trata-se de uma construção social que apresenta materialidade, ainda que se tome por norma e, por conseguinte, não se perceba racializada tem,

[...] de fato um conteúdo, na media em que gera normas, modos de compreender a história, modos de pensar sobre o eu e o outro e até modos de pensar sobre a própria ideia de cultura. Por isso, a branquidade precisa ser examinada e historicizada. Precisamos examinar de perto o conteúdo do que é normativo e tentar analisar sua história e suas consequências. A branquidade precisa ser delimitada e ‘localizada’. (FRANKENBERG, 1993, p. 231, *apud* STEYN, 2004, p. 121).

De outro modo estaríamos trabalhando para produzir e reproduzir relações descomprometidas com o reconhecimento e respeito às alteridades⁵.

A branquidade no contexto brasileiro

“O interesse em analisar a branquidade [no Brasil] não é o de traçar o perfil de um grupo populacional até então ignorado, mas de entender como, há tanto tempo, não se prestou atenção aos valores que o definem.” (SOVIK, 2004, p. 384).

Os estudos sobre a identidade do branco, no Brasil, ainda são incipientes. Os esforços mais contundentes neste sentido vêm, sobretudo do campo da psicologia social

⁵ Por alteridade entendo o reconhecimento do “outro” enquanto Ser Humano em toda a complexidade que isto implica.



(BENTO; PIZA; CARONE, 2009) embora outras áreas já se mostrem interessadas em debater o tema (SOVIK, 2004; CARDOSO, 2010).

Em nosso país a branquitude é interpretada como branquitude que segundo Bento (2009) é definida como: “traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento”. Sendo que branqueamento é “um processo inventado e mantido pela elite branca brasileira.” (BENTO, 2009, p. 25).

Maria Aparecida Bento, assim como outros pesquisadores brasileiros, localizam a materialidade da branquitude a partir do processo de branqueamento⁶. Partindo da perspectiva da psicologia social a autora entende que as relações raciais no Brasil apresentam um forte componente narcísico, isto é, enquanto grupo os indivíduos que se identificam como brancos tomam a si próprios como modelo e projetam sobre o outro as mazelas que não são capazes de assumir em si mesmos visto que maculariam o modelo que tem de si mesmo. Ainda chama a atenção para o lugar de “silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupa e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras” (BENTO, 2009, p. 26). Segundo essa autora o silêncio – a invisibilidade – é um instrumento que protege os interesses, os privilégios em jogo.

No mesmo sentido, Edith Piza (2009, p. 71) nos auxilia a entender a branquitude em nossa sociedade como:

- A branquitude é uma guardiã silenciosa de privilégios;
- Algo consciente apenas para as pessoas negras;
- Há um silêncio em torno da raça, não é um assunto a ser tratado;
- A raça é vista não apenas como diferença, mas como hierarquia;
- As fronteiras entre negros e brancos são sempre elaboradas e contraditórias;
- Há, em qualquer classe, um contexto de ideologia e de prática da supremacia branca;
- A integração entre negros e brancos é narrada sempre como parcial, apesar da experiência de convívio;
- A discriminação não é notada e os brancos se sentem desconfortáveis quando têm de abordar assuntos raciais;
- A capacidade de aprender e aprender com o outro, como um igual/diferente, fica embotada;

⁶ “A ideologia do branqueamento era, portanto, uma espécie de darwinismo social que apostava na seleção natural em prol da ‘purificação étnica’, na vitória do elemento branco sobre o Negro com a vantagem adicional de produzir, pelo cruzamento inter-racial, um homem ariano plenamente adaptado às condições brasileira.” (MUNANGA, 2009, prefácio do livro *Psicologia Social do Racismo*).



- Se o negro, nas relações cotidianas, aparece como igual, a interpretação é de exibicionismo, de querer se mostrar.

Particularmente, discordo da afirmação de que a branquitude é visível apenas para pessoas negras, embora sejam estas as que sentem em todas as dimensões o peso da branquitude, tem havido esforço no sentido de construir uma “consciência racial” que questione a branquitude, processo já denominado por “branquitude crítica”, pois comprometida com o antirracismo (CARDOSO, 2010). Acrescentaria a esta lista o fato da existência de “leis” não escritas, mas inscritas nas relações cotidianas que orientam nosso modo de ser e de perceber o outro, sejam brancos ou negros⁷. Ainda, noto que precisamos localizar os dispositivos que são acionados para manter a branquitude viva e atuante entre nós.

Procurando empreender o deslocamento necessário à percepção da branquitude brasileira, reviso – ainda que brevemente – o impacto das teorias raciais no contexto brasileiro, a seguir apresento a história da construção de duas instituições construídas num momento histórico onde teorias raciais migram do plano discursivo e chegam às instituições modernas. Procuo com esses exemplos demonstrar que é possível identificar traços da branquitude na construção destas instituições.

AS TEORIAS RACIAIS VIGENTES NO BRASIL ENTRE FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX: OU PORQUE DEVEMOS ESTUDAR BRANQUITUDE NO BRASIL?

“A branquitude faz parte de uma ficção, um discurso identitário pouco explícito e não por isso menos poderoso. Levar em conta a branquitude, no contexto brasileiro, implica em uma releitura do conhecimento e dos posicionamentos sobre relações raciais, em que a negritude sempre foi o foco, fazendo estudos dos contextos, relações e conjunturas que definem as identidades raciais e os valores que as sustentam.” (SOVIK, 2004, p.383).

O contexto político-social decorrente do processo de transição que levou à Proclamação da República foi o terreno onde floresceu as teorias raciais no Brasil. Procurando afirmar a República e, ao mesmo tempo, a estrutura social hierárquica – desafiada pelas ideias que acompanharam a campanha da Abolição da Escravatura –

⁷ Por negros refiro-me os brasileiros identificados como “pretos” e “pardos”.



bem como garantir a "ordem e o progresso" é o que buscava a elite política e intelectual da época. As teorias raciais vigentes na Europa desde o século XIX eram oportunas, pois justificavam, cientificamente, a hierarquização social, embora, num primeiro momento, condenassem o Brasil inteiro, por ser miscigenado, à futura extinção, como queria Gobineau.

Na modernidade, a antropologia evolucionista do século XIX classificou a humanidade em três estágios diferentes dentro de uma escala evolutiva que ia da selvageria passando pela barbárie até chegar à civilização⁸ (XAVIER, 2008), leitura que contribuiu para construir uma percepção etnocêntrica na qual os povos africanos e indígenas estariam – dentro desta escala evolutiva – no estágio inicial, já os europeus estariam no ápice desta escala, figurando como a representação da civilização humana. O colonialismo, particularmente o do século XIX, encarregou-se de difundir tais ideias associando-as à própria ideia de Ocidente na qual “a humanidade sem marcas de distinção é branca” (TROUILLOT, 1995, p. 6).

A aproximação entre raça e formação da nação brasileira pode ser observada já no período imperial (VILHENA, 1997), contudo é na transição entre Império e República que as teorias europeias sobre degeneração das raças, por sua vez influenciadas pelo positivismo, darwinismo segundo a leitura de H. Spencer e pelo evolucionismo chegaram ao Brasil.

Em nosso país houve várias interpretações sobre as teorias raciais realizadas pelos intelectuais brasileiros da época. No início do século XX chama a atenção uma em particular: o Movimento Sanitarista. Trabalhando as categorias de “meio” e “raça” numa interpretação voltada à medicina a partir das novas descobertas da biologia os médicos-higienistas absolveram o povo brasileiro de ser condenado pela raça. Segundo este grupo, que encabeçou um movimento pelo saneamento do país, conhecido como o “Movimento Sanitarista⁹”:

⁸ Outros autores contribuíram para elaborar as teorias raciais do século XIX, destacamos Lewis Henry Morgan e Edward Burnett Tylor.

⁹ Lilia Moritz Shwarcz (1993), também discute a presença e a importância do Movimento Sanitarista nas primeiras décadas do século XX. A autora enfatiza, em particular, as publicações de duas revistas de medicina deste período a “Gazeta Médica da Bahia”, publicação da Bahia e o “Brasil Médico” publicação do Rio de Janeiro. A autora nos apresenta como estas duas publicações refletiam as posições político-ideológicas de diferentes grupos de uma elite médica e como este processo afirmou tanto a identidade destes grupos, quanto sua presença em políticas públicas desenvolvidas na época.



O brasileiro era indolente, preguiçoso e improdutivo porque estava doente e abandonado pelas elites políticas. Redimir o Brasil seria saneá-lo, higienizá-lo, uma tarefa obrigatória dos governos (HOCHMAN, 1996, p. 23).

Tratava-se de um amplo e diferenciado movimento político e intelectual que proclamou a doença como o principal problema do país e o maior obstáculo à civilização, assim concentrou esforços na rejeição do determinismo racial e climático outrora vigente e na reivindicação de remover os principais obstáculos à redenção do povo brasileiro: as endemias rurais (HOCHMAN, 1996). Alegando conhecer o país, devido expedições realizadas¹⁰ este movimento ganhou espaço e influenciou políticas sociais de saneamento que extrapolaram a área da saúde a ponto de ganhar espaço nas instituições estatais¹¹.

No campo educacional, alguns nomes se destacam quando o assunto é a defesa e implantação das ideias eugênicas. Afrânio Peixoto – médico e líder no campo da medicina legal no Brasil foi um destes, estudante das relações entre raças, climas e degeneração nos trópicos, assumiu a diretoria do Departamento de Educação da cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo também fizeram parte deste debate (DÁVILA, 2006). Intelectuais que, durante as primeiras décadas do século XX promoveram grandes reformas no sistema educacional brasileiro conheciam e participavam do debate sobre teorias raciais no Brasil. Atribuía ao Estado, guiado por orientação científica eugênica, a responsabilidade de curar e educar os degenerados que, segundo estes eram:

[...] a maior parte dos brasileiros, pobres e/ou pessoas de cor, eram [estes] sub-cidadãos presos à degeneração – condição que herdavam de seus antepassados e transmitiam a seus filhos, enfraquecendo a nação (DÁVILA, 2006, p. 13).

¹⁰ Segundo Hochman (1996, p. 25): “Percorrendo o Brasil nas duas primeiras décadas do século XX, as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz desempenharam papel de destaque no conhecimento sobre a incidência de doenças e o debate dos problemas nacionais. Estiveram intimamente associadas à construção de ferrovias, avaliações da viabilidade de utilização de potencial econômico de rios como o São Francisco e dos trabalhos da Inspetoria de Obra contra as Secas.”

¹¹ Os eugenistas brasileiros eram encontrados entre médicos, cientistas e cientistas sociais. A Sociedade Eugênica de São Paulo organizada por Renato Kehl teve como secretário Fernando de Azevedo que mais tarde dirigiu as reformas no sistema escolar do Rio de Janeiro (1926 – 1934) e São Paulo (1933- 1934). Algumas das instituições ligadas ao pensamento eugenista foram: a Liga da Higiene Mental; Associação de Biotipologia e a Liga Pró-Saneamento (DÁVILA, 2006, p. 54).



Havia um entendimento de que a degeneração brasileira era ainda um sintoma de uma mentalidade pré-científica, isto é, das “crendices populares”, do “primitivismo”¹² que, durante muitas gerações, impregnou de ignorância a população brasileira (WISSENBACH, 1998). Também por isto, a escola era vista como instrumento central, meio privilegiado de atingir as massas ignorantes e, conseqüentemente, degeneradas (SOUZA, 2011). Neste sentido é que foi empreendida a expansão da educação básica. Dentro deste espectro teórico a elite paulista organizou-se e tomou a frente na construção de um projeto para o ensino superior brasileiro, que passou a ser identificado como necessário à construção de quadros da elite capacitados para guiar a nação na esteira da modernidade almejada.

A ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: DUAS VISÕES SOBRE A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na década de 1920 e 1930 o debate sobre educação superior ressurgiu com grande força no Brasil. Segundo Álvaro Tenca (1994) o debate esteve polarizado entre dois grupos da elite paulista: um que representava os interesses do empresariado paulista, cujo principal nome era o de Roberto Simonsen, o outro representava uma determinada elite paulista ressentida dos acontecimentos da Revolução de 30 que se auto-declarava única capaz de reacender o espírito vanguardista que já havia caracterizado o Estado de São Paulo, grupo este que ficou conhecido como o “grupo do Estado”, por se reunir em torno do jornal *O Estado de São Paulo* (CARDOSO, 1982).

Tanto para um grupo quanto para o outro apenas São Paulo, por suas características poderia empreender tal projeto de modernização não só para esse Estado, mas para toda a nação. Ambos os grupos também compartilhavam da ideia de que esse projeto exigia a criação de uma Universidade. Porém, e aqui se encontra uma das principais distinções entre estes dois grupos, os empresários tomaram pra si a tarefa de criação desta instituição enquanto o “grupo do Estado”¹³ entendeu que um projeto como

¹² Muitos intelectuais ajudaram neste sentido. Podemos citar como exemplo Villa Lobos e Monteiro Lobato, ambos simpatizantes das ideias eugênicas e de um sentimento nacionalista (BORGES, 2005; DÁVILA, 2006).

¹³ Fazia parte do “grupo do Estado”, Fernando de Azevedo, Júlio de Mesquita Filho, Armando Salles de Oliveira, entre outros (CARDOSO, 1982; TENCA, 1994).



o que desenhavam, só poderia ser engendrado pelo Estado. Álvaro Tenca (1994) sintetiza o pensamento destes grupos:

Uma nação moderna necessita de um Estado moderno. Um Estado constituído por mentalidades ‘desinteressadas’, indivíduos que se coloquem acima de suas vontades próprias ou de grupos e dotados de reconhecida capacidade técnica para administrar as coisas públicas. (TENCA, 1994, p. 37).

Todavia, os agentes sociais envolvidos no projeto de construção da Universidade brasileira pertenciam a grupos que tinham interesses políticos e ideológicos em jogo.

Na esteira da Revolução de 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES) foi criado como o órgão estatal privilegiado para a implementação das reformas educacionais. Em contexto de eugenia, não por acaso saúde e educação dividem o mesmo espaço na preocupação do Estado. Dentro do âmbito educacional, engendrou reformas tanto na educação fundamental (elementar) quanto na educação secundária e superior. A reforma empreendida por Francisco Campos (1931-1932) não só priorizou a ciência em relação aos estudos clássicos, como instituiu a educação física como disciplina obrigatória. Já na gestão de Gustavo Capanema (1934 - 1945) a atenção foi direcionada à cultura geral (DÁVILA, 2006). Esteve presente em seus quadros nomes como os de Carlos Drummond de Andrade, Mario de Andrade e Gilberto Freyre. Dentre todas as reformas educacionais engendradas no governo Vargas, um dos grandes legados foi a elaboração de “um sistema de ensino unificado, igual de norte a sul do país, coerente e integrado nas suas diversas partes” (SOUZA, s/d., p.2).

Tudo o que dissesse respeito ao mundo da educação passava pelo conhecimento do Ministério da Educação e Saúde Pública, que tinha plenos poderes para colocar em prática as ideologias que entendia serem boas para o progresso da nação. Em 1931, o ministro Francisco Campos apresentou o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 que visava instituir o Estatuto das Universidades Brasileiras segundo o qual as universidades poderiam ser públicas, em qualquer das três esferas, ou privadas, e deveriam oferecer, pelo menos, três dos seis cursos considerados principais à época: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. A faculdade de Educação era vista como possível pólo agregador das diversas humanidades, ciências e letras, pois atendia à



necessidade de formar quadro de professores para educar as massas (TEIXEIRA, 2004; PEIXOTO, 1997).

A criação da Escola Livre de Sociologia e Política em 1933

Para as elites de São Paulo, a década de 1930 apresentava uma “inadequação da economia política, na concepção ortodoxa do liberalismo” (TENCA, 1994, p. 38), ou seja, o modelo do liberalismo não mais respondia pelo menos sozinho, às questões sociais. A elite paulista, apresenta dois projetos distintos para modificar este quadro. Embora distintos em sua natureza, estes eram ligados por um elemento: a educação era apresentada como veículo para implantarem as mudanças que desejavam para a nação.

Em matéria de elaboração de novas estratégias para a educação pública, o Estado de São Paulo era vanguardista. Da Escola Normal, passando pela Escola Modelo, pelos Grupos Escolares a pela reorganização de órgãos voltados a educação pública que, por sua vez, engendraram todo um aparato administrativo e burocrático específico ao ambiente escolar, estendida para todo o Estado (CARVALHO, 1989). Tal histórico impelia ainda mais a continuidade desse espírito de vanguarda também na elaboração de uma universidade que fosse modelo para todo o país.

A Escola Livre de Sociologia e Política foi uma tentativa de resposta dos empresários paulistas aos problemas brasileiros. Tal instituição objetivava “produzir conhecimento sobre o universo social brasileiro e formar elites competentes capazes de conduzir eficiente e corretamente os desafios do país”. (TENCA, 1994, p. 39).

A principal diferenciação em relação ao projeto da Universidade de São Paulo que viria a ser concretizado em 1934, mas que já era de conhecimento público tendo em vista sua constante defesa no jornal *O Estado de São Paulo*, foi quanto ao princípio norteador da Escola Livre de Sociologia e Política: o ensino a partir da “competência técnica e divisão profissional do trabalho na gestão das coisas públicas” (TENCA, 1994, p. 42) Visão esta fundamentada na administração industrial, envolta do discurso da racionalidade científica a favor da transformação do meio, nas palavras de um de seus idealizadores:

E essa escola tem que possuir um tal programa, que possa, além de seu curso normal, esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas, promovendo



publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição diretos, incentivando a formação de operadores capazes de tais cometimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao perfeito conhecimento do meio em que vivemos e dos elementos necessários à solução dos problemas de governo¹⁴ (SIMONSEN, 1933, p. 13 *apud* TENCA, 1994, p. 41).

Assim, ciências como, antropologia, sociologia, psicologia, estatística foram vistas como aquelas que apresentavam avanços no conhecimento social, dessa forma foram eleitas para explicar o “meio” social brasileiro.

Contudo, havia também a vontade de neutralizar o projeto político subscrito no projeto da Universidade de São Paulo, neste sentido, procurou-se distanciar – e por oposição afirmar – a identidade da Escola Livre de Sociologia e Política. Desta forma, as primeiras solenidades de formatura foram palcos de discursos de afirmação do papel social dessa instituição.

Ao invés de um instituto de simples divagações acadêmicas, a escola de que aqui cogitamos se destina precipuamente a intensificar a adaptação do homem ao meio, sob a égide da ciência, da experiência e da observação, obedecendo a uma orientação prática (SIMONSEN, 1933, p. 7 *apud* TENCA, 1994, p. 39).

Ao apostar na ciência, apostava-se na constituição de uma elite técnica preparada cientificamente para conduzir as principais instituições do país. Contudo, como afirma Tenca (1994, p. 40) o que mais preocupava os fundadores dessa instituição era a condução das massas e o controle dos trabalhadores, “disciplinar as massas, impedindo que elas contribuíssem para aumentar a ‘ameaça comunista’”. Para tanto, era preciso conhecer, cientificamente, essa massa para então agir disciplinarmente sobre ela e restabelecer o equilíbrio do corpo social. Ao mesmo tempo o empresariado paulista procurava aumentar a produtividade e exercer controle, particularmente dos trabalhadores, o que exigia conhecimento mais profundo sobre estes. Assim, as ciências sociais foram eleitas como aquelas que, por seu rigor científico, poderia contribuir com tal função.

Marcos Chor Maio demonstra o viés teórico que esta instituição se afiliou:

Para contemplar o amplo e diversificado leque temático de suas pesquisas, a ELSP, sob ascendência norte-americana, contratou sociólogos e antropólogos estrangeiros, tais como: Horace Davies, Samuel Lowrie, Donald Pierson, Radcliffe Brown, e recebeu a visita temporária de outros: Franklin Frazier, Melville Herskovits, Charles Wagley. Inspirando-se na Escola Sociológica de

¹⁴ Grifo de Álvaro Tenca.



Chicago, a ELSP adotou perspectiva interdisciplinar como nas relações entre Antropologia e Sociologia ou Sociologia, Antropologia e Psicologia Social. Fez dos problemas urbanos e rurais seus laboratórios. (MAIO, 2010, p. 314).

Ainda como explica Maio,

Os temas que figuraram nos estudos realizados pela ELSP apontam diversas interfaces entre medicina e sociologia entre os anos de 1930 e 1950. Como lembra Silva (2003:77-79), professores da Escola Paulista de Medicina, como Pacheco e Silva, Andre Dreyfus e Walter Leser, assinaram o manifesto de fundação da ELSP e ministraram disciplinas na instituição. (MAIO, 2010, p. 314).

Dentre os temas de estudos desenvolvidos pela Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) constavam: “estudos sobre o negro” - a exemplo do Estudo sobre Atitudes Raciais de Virgínia Bicudo –; “padrão de vida e assistência filantrópica na cidade de São Paulo”; “enquetes sobre preconceito e atitudes raciais”; “pesquisas de opinião pública”, “imigrantes”, “condições de trabalho e personalidade dos operários”; “higiene mental e psicanálise”; “experiência social de doenças”; “estudos de comunidades rurais”; “projetos de desenvolvimento de comunidade”, “etnologia indígena” (MAIO, 2010).

A partir deste enfoque de estudos, podemos inferir que os objetivos desenhados pelos idealizadores desta da ELSP foram alcançados. Os temas deixam explícitos os grupos que compunham a “massa” objeto de estudo e intervenção para a solução “dos problemas do governo”. De outra perspectiva essa “massa” era também o “povo” brasileiro foco das ações eugênicas.

A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO EM 1934

A criação da Universidade de São Paulo, em 1934, simbolizou a vitória de um projeto político-ideológico¹⁵ idealizado particularmente como resultado a alternativas políticas que desencadearam a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 (MAIO, 2010; TENCA, 1994; NADAI, 1982; CARDOSO, 1982).

Segundo Tenca (1994, p. 41; 42) esse grupo “Defendia a organização de uma sociedade fundada num liberalismo reformulado que pudesse fazer frente às novas exigências impostas pela sociedade de massas”. Como princípio norteador para o ensino

¹⁵ E de branquitude? Algo a ser estudado com profundidade.

tinha “uma visão mais tradicional e uma preocupação com a formação de uma ‘elite ilustrada’”.

O “grupo do Estado” era composto por políticos e intelectuais ligados ao Partido Democrático (PD) encontraram na ideia de construção de uma Universidade pública, o caminho para a “obra de regeneração política” necessária ao país, como entendiam tal solução só poderia vir de São Paulo e, do grupo formado por uma “elite orientadora”. Esse grupo desenhou e defendeu, durante anos, a partir do Jornal *O Estado de São Paulo*, um projeto de Universidade que:

[...] tivesse como fulcro central uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para que esta cumprisse o papel fundamental – sua ‘sagrada missão’ de formar a ‘elite dirigente indispensável’ à obra de regeneração política da nacionalidade, capaz de propor um projeto que seria assimilado e propagado por uma ‘corrente de opinião’ constituída pela classe média formada pelo ensino secundário. (NADAI, 1982, p. 154).

Focar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não era algo aleatório, mas um projeto arquitetado para preparar as elites que comandariam o país. Por outro lado, a ideia de criação da Escola de Educação, elemento que seria o fio condutor para a organização da Universidade em função das mudanças impostas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931, foi deixada de lado, pois ao “grupo do Estado” não interessava a formação para o ensino básico, senão dentro da estrutura na qual:

Há uma proposição de estratificação social em termos de elite/classes médias/massas, correspondendo respectivamente a camadas formadas pelas universidades, pelo ensino secundário e pelo ensino primário. (CARDOSO, 1982, p. 31-32).

Este projeto de Ensino pressupõe uma visão “organicista” do sistema escolar, concedendo à Universidade prioridade em relação aos demais níveis de ensino. Segundo Fernando de Azevedo, um dos ideólogos do “grupo do Estado”: “A preparação das elites intelectuais precedeu sempre, em toda a parte, a instrução das massas¹⁶” (AZEVEDO, 1937, p. 451). Ao analisar a importância do ensino superior em detrimento dos demais níveis afirma que:

Pode-se admitir (...) uma civilização como a da Grécia, a de Roma e a da Europa até o século XIX, sem instrução primária, largamente disseminada; mas,

¹⁶ A pedido de Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo em 1926, realizou o *Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo*, promovido e publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, neste documento apresenta a visão que o “grupo do Estado” tinha sobre a educação pública e apresentava um novo projeto para esta. (CARDOSO, 1982).



não se concebe nenhum desses ‘momentos de civilização, sem as elites poderosas que os criaram’. (AZEVEDO, 1937, p. 451 *apud* CARDOSO, 1982, p. 30).

Neste contexto, podemos entender o enfoque dado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pois era ela que formaria os quadros especializados da elite que comandaria os principais postos do governo. Sairiam desta faculdade as respostas aos problemas enfrentados pela nação que então igualar-se-ia às nações “civilizadas”. Segundo analisa Cardoso (1982) neste sistema de educação:

A função de educação primária seria a de ‘elemento de contacto entre a população e as elites pensantes’. A função do ensino secundário seria a de criar a ‘mentalidade média nacional’ e construir ‘reserva permanente de elementos para a constituição das indispensáveis elites intelectuais’. A função das universidades seria a de formar as elites indispensáveis à obra de regeneração política da sociedade brasileira e à superação da ‘crise nacional’, com a destruição do poder das oligarquias¹⁷. (CARDOSO, 1982, p. 37).

Se por um lado a Escola Livre de Sociologia e Política visava conhecer a “massa” (para controlar), por outro a Universidade de São Paulo focava na formação dos quadros da elite que dirigiria o país. Com o discurso de desempenhar uma visão “pluralista de Estado democrático” em ambos os projetos vemos sendo sedimentado um “Estado das elites” (NADAI, 1982), uma hierarquização educacional a partir da social já existente.

Para ser legitimado (como verdade) um discurso deve ser repetido muitas vezes, foi o que foi feito por estes grupos que se colocavam como elites iluminadas, não perdiam a oportunidade de afirmar e reafirmar a necessidade de seu papel social à modernidade brasileira, o jornal “O Estado de São Paulo” desempenhou tal papel por anos, a importância de tal projeto foi lembrada nas primeiras solenidades de formatura (ROIZ, 2006). Desta forma, construía-se e reafirmava-se o caráter social destas duas instituições.

No momento de expansão do ensino pública, vemos surgir debates sobre a prioridade do ensino superior, bem como projetos de ensino preocupados com o conhecimento das massas (povo) e com o tipo de educação que lhe seria direcionada. Havia ainda a preocupação com a formação de uma elite especialista, capaz de dirigir o país a partir de pressupostos científicos.

¹⁷ “A Crise Nacional” de Júlio de Mesquita Filho, publicado em 15 de novembro de 1925, no jornal *O Estado de São Paulo*.



Não obstante, dado o contexto de formação das instituições aqui apresentadas, as primeiras décadas do século XX, quando se debatia as teorias de degeneração, particularmente pelo olhar médico-sanitarista, não é leviano pensar que tais ideias eram discutidas pela elite intelectual paulista que pensava o Projeto de universidade para o país.

Algumas das citações aqui apresentadas nos permitem inferir a presença deste debate, frases como: “*intensificar a adaptação do homem ao meio, sob a égide da ciência*”¹⁸; bem como a influência de médicos na construção da grade curricular; a interface entre medicina e sociologia, a busca por entender comportamentos a partir da ciência, como explicitado na grade curricular da ELSP e a posição de reprodução da estrutura social segmentada, como é expressa no modelo da Universidade de São Paulo, nos evoca a pensar sobre a influência que as ciências sociais, particularmente a antropologia, sociologia, psicologia, filosofia, mas também a estatística e a medicina, tiveram à explicação do que é ser brasileiro, para os diversos grupos étnico-raciais.

Nos anos seguintes, novas interpretações sobre as relações raciais no Brasil foram desenvolvidas, acompanhando teorias europeias (particularmente francesa) e norte-americanas.

A meu ver é inegável a aproximação entre política, educação, teorias raciais e a constituição do ensino público no Brasil. As primeiras décadas do século XX, particularmente, são fundamentais para analisarmos este vínculo, e, sobretudo para entendermos o papel da educação brasileira na produção de desigualdades alicerçadas na concepção de raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi discutir as contribuições dos estudos sobre identidade branca ao entendimento das relações raciais no Brasil e seus impactos às subjetividades de todos nós brasileiros. Procurei demonstrar que nossas instituições de ensino, particularmente do ensino superior, nascem do projeto de grupos racialmente marcados

¹⁸ Cf. Roberto Simonsen. Rumo à verdade. São Paulo Editora, São Paulo, 1933. Demais afirmações conferir Marcos Chor Maio, 2010.



– ainda que não explicitado – tendo em vista que demarcavam um lugar para si enquanto atribuíam outro lugar para grupos sociais diferentes destes, classificados como “massa”, “povo”, etc.

Ao se visualizarem como o único grupo capaz de empreender as mudanças necessárias ao país, aquela elite lançou mão de dispositivos políticos e institucionais para assegurarem sua posição de privilégios raciais herdados pelo sistema colonialista. Neste sentido, a Universidade de São Paulo foi inicialmente pensada como *locus* privilegiado de formação da elite que – uma vez preparada para os tempos modernos – assumiria postos de poder em nossa sociedade. Cabe indagarmos quem era essa elite para a qual se construía o ensino superior? Quais os critérios de eleição desta elite?

Tais questões ainda não foram totalmente exploradas, poucas são as pesquisas sobre relações raciais dentro das universidades. Alguns poderiam dizer que essa reflexão não seria necessária tendo em vista que a instituição Universidade é um campo construído pela meritocracia e dentro do espírito democrático, portanto discutir relações raciais seria afrontar tais pressupostos; outros poderiam dizer que tal discussão só causaria desconforto e animaria rivalidades que não conhecemos no Brasil. Fato é que sob o véu da excelência universitária esconde-se a face da desigualdade étnico-racial.

Quando analisamos o quadro de negros em cargos de docência em universidades públicas brasileiras¹⁹ (SILVA, 2008) percebemos que há uma grande disparidade de representação dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros neste posto dentro destes espaços. Evento que aponta para certa “naturalização” de um determinado perfil étnico-racial já debatido pela elite brasileira de início do século XX, qual seja, o brasileiro que se buscava para comandar, aquele de descendência europeia que se autoidentifica como “branco”. É esse o perfil de mais de 90% dos docentes que trabalham em universidades públicas no Brasil.

Quando atentamos para o fato de que o Brasil tem mais de 50% de indivíduos autodeclarados negros (pretos e pardos),²⁰ mas que estes não ocupam nem 10% dos espaços docentes nas universidades públicas deste país, torna-se *mister* estudarmos o *modus operandi* das relações raciais nestes espaços. Neste sentido, entendo que as

¹⁹ Foram analisadas a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP) e a Universidade de São Carlos (UFSCar).

²⁰ Cf. Indicadores Sociais Municipais- IBGE, 2011.



contribuições dos estudos sobre branquitude (branquidade) é uma chave interpretativa que não pode ser ignorada. Não se trata de importar ideias e teorias estrangeiras, mas de nos conectarmos com as realidades produzidas pelo sistema colonial que fora alicerçado na concepção de raça e seus impactos às sociedades oriundas destas colônias, como é o caso brasileiro. Contribuição que pode nos ajudar a esmiuçar as peculiaridades de nossas relações raciais para entendermos seus alcances na organização de nossa sociedade.

Como vem demonstrando os estudos críticos da identidade do branco, é preciso conhecermos as estruturas e seus dispositivos para assim, compreendermos as possibilidades de intervenção a favor da construção de relações mais respeitadas, humanas e que reconheça a alteridade como parâmetros de conhecimento sobre nós mesmos a partir deste outro que também sou eu, como demonstrou Franz Fanon (2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. *A Educação Pública em São Paulo – Problemas e Discussões (Inquérito para O Estado de S. Paulo em 1926)*, São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1937.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO. M. A. S. (orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BORGES, D. “Inchado, Feio, Preguiçoso e Inerte”: A Degeneração no Pensamento Social brasileiro, 1880-1940. *Teoria e Pesquisa*, nº 47. Jul./Dez. de 2005. São Carlos, pp. 43-70.

CARDOSO, Irene de A. R. de. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv*, Manizales, v. 8, n. 1, jan. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2010000100028&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 20 nov. 2011.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

DÁVILA, Jerry. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.



FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: *Em Defesa da Sociedade*. Martins Fontes, São Paulo, 2005.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não marcada. In: VRON WARE (org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia. Trindade. Condenados pela raça, absolvidos pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da primeira República. In: MAIO, M. C.; VENTURA, R. S. (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. São Paulo: Fiocruz: Centro Cultural Banco do Brasil, 1996. p. 23-39.

MAIO, Marcos Chor. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 35, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000200011&lng=en&nrm=iso>. access on 28 Jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332010000200011>.

MISKOLCI, Richard. *Do desvio às diferenças*. Teoria e Pesquisa, São Carlos, n. 47, p. 9-41, jul.-dez. 2005.

NADAI, Elza. O Projeto Republicano de Educação Superior e a Universidade de São Paulo. *Revista Faculdade de Educação*, São Paulo, n.8, p. 143-156, jul./dez. 1982.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. Relações de Poder na Universidade Pública Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 78, n. 188/189/190, p. 195-215. Jan./dez. 1997. Disponível em:<<http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/263>> Acessado em: 27 de janeiro de 2012.

PIZA, Edith. Porta de vidro: Entrada para a branquitude. In: CARONE, I.; BENTO. M. A. S. (orgs.) *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ROIZ. Diego da Silva. Entre Memória e História da Universidade de São Paulo: História em construção. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 2, p. 52-64, mar. 2006.

SILVA, P. E. *Professor Negro universitário: notas sobre a construção e manipulação da identidade étnico-racial em espaços socialmente valorizados*. Araraquara, Dissertação de Mestrado, FCLar/ Universidade Estadual Paulista, 2008.



SIMONSEN, Roberto. *Rumo à verdade*. São Paulo Editora, São Paulo, 1933. (Discurso proferido em 27/5/1933).

SOUZA, Maria Cecília C. de. A Contribuição da Universidade para a preservação da Memória educacional. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 373-391, jan./jun. 2001.

_____. *A escola exacerba a identidade nacional*. In: Seminário Era Vargas. s/d. Disponível em: <http://dc169.4shared.com/doc/Nk2_APKu/preview.html> Acessado em: 10/02/2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. A hora da eugenia: Raça, Gênero e Nação na América Latina. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, v 37, n. 131, agosto 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 de fevereiro de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000200015>.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *mídia* no Brasil. In: VRON WARE (org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHWARCZ, Lilia. Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão nacional no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STEYN, Melissa. Novos matizes da “branquidade”: a identidade branca numa África do Sul multicultural e democrática. In: VRON WARE (org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

TEIXEIRA, Moema de Poli; KAIZÔ I. B. *O vermelho e o negro: raça e gênero na universidade brasileira – uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para discussão n. 1052).

TENCA, Álvaro. Neo-liberalismo, educação e racionalização: a criação da Escola Livre de Sociologia e Política como prática política da grande indústria paulista nos anos 30. *Educação: Teoria e Prática*, v. 2. n. 3, 1994.

VILHENA, Luís. Rodolfo. África na tradição das ciências sociais no Brasil. In: _____. *Ensaios de Antropologia*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1997. p. 127-166.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. A mercantilização da magia na urbanização de São Paulo, 1910-1940. *Revista História*, São Paulo, n. 150, jul. 2004. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092004000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 29 set. 2011.

_____. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, N. (org.) *História da Vida Privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. Vol. III. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.



_____. Magia e sociedade nas Primeiras décadas do século XX. In: *Ritos de magia e sobrevivência – práticas mágico-religiosas no Brasil, 1890-1940*. São Paulo, tese de doutorado, FFLCH/USP, História, 1998b, capítulo 3.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The Haitian Revolution as a Non-Event. In: _____. *Silencing the Past: Power and Production of History*. Boston: Beacon Press, 1995. Tradução Elisângela Queiroz e Márcio Amêndola de Oliveira.

WRAY, Matt. Pondo a “ralé branca” no centro: implicações para as pesquisas futuras. In: VRON WARE (org.) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

XAVIER, Juarez, Tadeu de Paula. *Teorias antropológicas*. Curitiba: IESDE BRASIL SA, 2008. v. 1.

*Recebido em março de 2014
Aprovado em maio de 2014*